



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

12ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do SIGAP

Data	14 de junho de 2018
Local	Sala de reuniões do COSEMA

Participantes:

Listas de presença em anexo.

Apresentações em anexo

Pauta

1. Aprovação da Pauta da 12ª reunião
2. Aprovação das Atas da 10ª e 11ª reunião
3. Palavra aberta aos Conselheiros para informes gerais:
 - a) Informe sobre Programa de Regularização Ambiental - Danilo Amorim (CBRN)
 - b) Informe sobre a retomada dos planos de manejo das APAs Marinhas - Rodrigo Levkovicz (FF)
 - c) Outros
4. Informes do Gabinete da SMA:
 - a) Andamento dos processos de concessão do Parque Estadual Campos do Jordão e do Parque Estadual da Cantareira - Roberta Buendia
 - b) Resposta do Instituto de Pesca sobre as recomendações do CC SIGAP - Kitty
5. Diagnóstico das Unidades de Conservação do estado de São Paulo - apresentação pelos órgãos gestores: IBt, IF e FF.
 - a) 10h20-10h30 - Instituto de Botânica - Luiz Mauro Barbosa
 - b) 10h30 – 10h50 – Instituto Florestal – Luis Alberto Bucci
 - c) 10h50 – 11h10 – Fundação Florestal – Rodrigo Levkovicz
6. Proteção das Unidades de Conservação: Discussão sobre aprimoramentos do SIM (Sistema Integrado de Monitoramento) e do SIMMAR (Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo - – Sérgio Luis Marçon (CFA)
7. Proposta sobre Resolução de Manejo Florestal –Guaraci B. Oliveira (CBRN)
8. Encaminhamentos e encerramento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

MEMÓRIA

Kitty – Declara aberta a 12ª Reunião Ordinária do CCSIGAP, agradece a presença de todos Conselheiros e justifica a ausência de alguns. Passa para o primeiro item - aprovação da Pauta - que foi aprovada por todos os Conselheiros. O segundo item - aprovação da ATA da 10ª Reunião CCSIGAP com as alterações efetuadas pelo Conselheiro Djalma Weffort foi aprovada por unanimidade. Terceiro item - aprovação da 11ª ATA da Reunião CCSIGAP, aprovada também por unanimidade.

Informes gerais: Kitty dá boas vindas ao Conselheiro Rodrigo Levkovicz, Diretor Executivo da Fundação Florestal, e também fez menção à Malu Freire, parabenizando-a por ter assumido a Coordenadoria de Educação Ambiente – CEA;

ITEM 3.a Informe sobre Programa de Regularização Ambiental - Danilo Amorim (CBRN)

Kitty passa a palavra para Danilo – Coordenador da CBRN, o qual atualizou as informações referentes aos inscritos no cadastro Ambiental Rural - CAR: São Paulo já está com 338.000 imóveis cadastrados, isto corresponde a 95.7% do território Paulista. O prazo para inscrição e finalização findava em 31 de maio passado, mas foi prorrogado até 31 de dezembro desse ano. Chamou a atenção para o fato de na última semana de maio terem ocorrido 500.000 e poucos hectares cadastrados, na véspera do prazo se esgotar. Faltam aproximadamente 890.000 hectares para serem cadastrados, a maioria desses imóveis são grandes, que aguardam a definição do PRA – Programa de Regularização Ambiental. Explicou a situação atual da implantação deste Programa: “como todos já sabem logo depois que a Lei 12.651 foi promulgada, em 2012, várias Ações Diretas de Inconstitucionalidade foram abertas e elas só foram julgadas agora em 2018. Atualmente aguarda-se o Acórdão a ser devidamente publicado pelo Supremo. No âmbito do estado de São Paulo, em 2016 o Ministério Público Federal ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei 15.684/15, que é uma lei paulista instituindo diretrizes para a implantação do PRA no estado. Essa Lei foi suspensa em 2016 e o Tribunal de Justiça de São Paulo está aguardando o Acórdão do Supremo para julgar a ADI contra a lei estadual. Embora o PRA ainda não possa ser implantado, do ponto de vista do sistema, o mesmo está em pleno desenvolvimento, bem como estão em elaboração um pacote de resoluções para serem editadas e assinadas pelo Secretário do Meio Ambiente e o Secretário da Agricultura. São resoluções que orientarão a implantação do PRA no Estado de São Paulo, uma delas, em especial, trata da viabilização da compensação de Reserva Legal em Unidades de Conservação. Uma segunda resolução, que será apresentada hoje à tarde, é de manejo florestal para a Mata Atlântica e Cerrado. Ressaltou ainda que no Estado de São Paulo as análises e aprovações do Cadastro Ambiental Rural dos menores proprietários de quatro módulos será analisado e aprovado pela Secretaria da Agricultura e, maior que quatro módulos, pelo Sistema Ambiental Paulista. Haverá ajuda da Fundação Itesp para fazer análise conjunta dos assentamentos do Estado e das Comunidades Quilombolas. Existe também tratativas com o INCRA e com a FUNAI, no caso das comunidades indígenas, para ajudar a fazer o cadastro, e no caso do INCRA para os assentamentos Federais.

Roberto: Uma dúvida sobre o pacote de resoluções que o Danilo falou, se a questão do uso consolidado faz parte ou está previsto algum tipo de discussão antes da aplicação, ou seja, em uma audiência, como seria a forma de discussão?

Danilo: Na questão da análise nós estamos falando sobre a questão do uso consolidado, boas práticas, mas sim daria para fazer uma discussão e conversar com o Secretário e fazer uma apresentação do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

CONSEMA, e também no CC-SIGAP, estamos à disposição. Nesse primeiro momento estamos conversando com a Agricultura para apresentar publicamente, assim como fizemos na de manejo.

Djalma: Gostaria de trazer a questão concreta, um ponto que estamos vivenciando no Pontal do Paranapanema. Nós trabalhamos na Reserva Legal, que não é pequena de quase 1.000 hectares, pertencentes aos assentamentos do INCRA, incluindo inclusive parte desse imóvel no Programa Nascentes, junto com a Iniciativa Verde. Essa área foi recentemente ocupada, vandalizaram, roubaram mudas, placas, entraram com trator e atearam fogo. O comando da Polícia Ambiental se sentiu inseguro de fazer a autuação porque essa área ainda não estava validada dentro do Sistema do Meio Ambiente. Como poderíamos encaminhar essa formalização da Reserva Legal, embora ela já esteja no CAR, está toda detalhada, mas a autoridade ambiental não pode fazer essa autuação. O Marçon nos ajudou, talvez nesses critérios que você menciona de colocar essas áreas de reserva, mas vulneráveis que estão mais sujeitas a estas depredações.

Marçon: Já estamos conversando com o comando do 2º Batalhão que atende a região. Essa questão da área ser ou não reserva legal comprovadamente lá no Pontal é muito crítico, existem assentamentos do próprio ITESP e do INCRA, que é área indicada como reserva legal. Existe uma indicação no assentamento só que ela não está gravada na matrícula ou não tem a pessoa da propriedade, algo comprovado que realmente de o respaldo para uma autuação, e que não permite outro tipo de enquadramento, como o desmatamento da vegetação, e impedimento à regeneração natural, teria que enquadrar apenas por danificar uma reserva legal, por essas condutas que o Djalma falou. É uma questão a se pensar.

Daniilo: Com a análise do CAR temos como priorizar isso ou de alguma forma dar o respaldo para que a polícia possa autuar. O ideal seria finalizar a inscrição no CAR de todos os assentamentos, poderíamos e fazer sua análise.

Item 3.b. - Informe sobre a retomada dos planos de manejo das APAs Marinhas - Rodrigo Levkovicz (FF)

Rodrigo Levkovicz: Agradece os votos de boa sorte e a honra de estar nesse Conselho, representando a Fundação Florestal. Informou que já foram retomados os planos de manejo das APAs Marinhas. “Temos um grupo de trabalho que está instituído, coordenado pela Fernanda, integrado pela Marília e pela Lucila. Cada uma com sua atividade específica, a Fernanda com a coordenação executiva, a Lucila responsável pela interlocução com a baixada, litoral norte e com os gestores, e a Marília responsável pelo zoneamento do plano de manejo. Já estamos com uma data estimada para a posse de todos os Conselhos das APAs Sul e Norte e Centro para o dia 28 desse mês. APA Sul a Resolução já foi publicada e APA Norte e APA Centro vamos publicar na próxima semana, e a ideia é fazer uma posse conjunta dos Conselhos. Sobre o Plano de Manejo em si, estamos conversando com o Ministério Público, porque o prazo acabaria agora em Setembro. Conversei com a promotora Ana Elisa e expliquei que não vai ser possível, e a nossa perspectiva é de ter o plano aprovado pelo menos, da nossa parte concluída, em dezembro para ser aprovado ainda esse ano. “

Berenice – Considerando que duas empresas já iniciaram a elaboração deste plano de manejo, ao menos no litoral norte, eu queria saber o que esta sendo aproveitado, que etapas faltam, porque dependendo do que falta ainda, dezembro é um tempo pequeno, pensando no plano de manejo. Gostaria de saber o que falta agora, em que pé que está para poder ser aprovado em dezembro.

Rodrigo Levkovicz: Destaco primeiramente que o Sistema Ambiental Paulista não estas mais trabalhando com este sistema de contratação de empresas. O plano de manejo está sendo desenvolvido na casa. Do ponto de vista técnico certamente alguns produtos estão sendo aproveitados.. Eu não tenho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

esse detalhamento do que está sendo aproveitado, mas a equipe envolvida tem competência técnica para fazer a análise do que já foi produzido. As oficinas com os Conselhos Gestores vão ser realizadas novamente. O primeiro passo é dar posse aos Conselhos.

Item 4 - Informes do Gabinete da SMA: Andamento dos processos de concessão do Parque Estadual Campos do Jordão e do Parque Estadual da Cantareira - Roberta Buendia

Kitty: lembrou que esse Conselho fez várias recomendações sobre esse tema e que receberemos o retorno do Gabinete às recomendações feitas.

Roberta Buendia: Quem fez a explicação pela ultima vez foi a Aline que está fora nesses três meses. O primeiro item e a divulgação do tema previamente em audiência pública, nós não conseguimos fazer de forma ampla como foi proposto pelo Conselho, mas conseguimos fazer alguma comunicação um pouco melhor para o entendimento. Sabemos que internamente precisamos avançar nesse tema, estamos pensando para agosto, por orientação do Secretário Trani, num seminário de discussão dessas diversas formas de gestão de unidades, e assim que conseguirmos evoluir retornamos para o CCSIGAP. As audiências públicas foram boas, Cantareira no dia 24 de maio, com público interessado, fizeram contribuições pertinentes, a maioria incluída na proposta do edital que está seguinte para a reunião do Consema. O de Campos do Jordão, também foi muito interessante com a participação da sociedade, do Conselho da Unidade e eles estão preocupados com o item de como vai ser o acompanhamento do Contrato, porque a Lei prevê uma comissão de acompanhamento. Essa parte de gestão e acompanhamento de contratos é uma coisa que para nós também é uma novidade na SMA, contrato de 20 anos. A Secretaria de Governo tem nos apoiado nos colocando em contato com outras Secretarias que tem contratos de concessão. A perspectiva do Cantareira é juntar as contribuições e agendar para ir para o Consema. E depois deve ser aprovado pelo Conselho de Parcerias do Palácio, que é coordenado pelo Secretário Saulo, Secretário da Fazenda, Planejamento, Procurador do Estado e em seguida publicação do edital. Nossa perspectiva que esse ano a gente publique o edital e assine o contrato.

Outro item da recomendação deste Conselho foi a questão da educação patrimonial, no sentido do patrimônio cultural, informo que ele está constante no termo de referência na parte de educação ambiental.

Outro Item indicado foi a questão de medidas preventivas de monitoramento na questão de impacto da visitação. No termo de referencia tem uma subseção especifica de monitoramento de impacto de visitantes. Tem um manual feito pela Fundação Florestal que tem que ser seguido, e a concessionária tem item que deverá encaminhar em até 90 dias após assinatura de contrato o plano de monitoramento de impacto para ser aprovado.

Sobre concessão de maneira geral seriam essas as informações.

Fernando – Participei das duas audiências e foi fielmente relatado pela Roberta. Gostaria de destacar esse aspecto que é o acompanhamento do contrato. O que está sendo feito é o uso do identificador independente, que não pode decidir em nome do poder público mas ajuda no acompanhamento de todos aqueles indicadores de desempenho do contrato e trazer informações que balizem a tomada de decisão e as ações do poder publico. Isso é uma boa prática defendida pelo IFC, pelo BNDES. E tem outro item que merece ser destacado que é o papel do Conselho Gestor do Parque, é problemático permitir que ele interferindo na tomada de decisão dentro do contrato. Isso é um pouco complicado pela lógica de haver um ente que vai assumir riscos, que vai fazer investimento e num dado momento pode haver alguém que está dizendo o que vai ser feito com os recursos dele. O Conselho Gestor permanece com as funções de apoiar a gestão do parque, como permanece a gestão pelo poder público,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

mas deve ser mantida uma definição e uma limitação muito clara de até onde vai cada atribuição, senão o contrato não funciona.

Rodrigo – Tivemos aquela indagação do Conselho Consultivo - se ele ia continuar existindo. Respondendo, claro que sim! Pois temos que saber o que esta sendo feito na área de uso público, sem interferir. Foram feitas várias propostas: o concessionário fazer parte do Conselho Consultivo, depois entendemos que não poderia; trazer no contrato a obrigação do concessionário comparecer nas reuniões ordinárias do Conselho Consultivo (CC) ou quando for chamado pelo Conselho. Desse modo, o concessionário dará satisfação para o CC e o CC saberá o que está acontecendo. Não sei se é o caso de estar em todas, mas estar em todas que o CC quiser que ele esteja.

Luciano – Relacionado ao que o Danilo, o Rodrigo e a Roberta falaram, é o projeto que o Gerd é um dos coordenadores, um ótimo exemplo de como um órgão de fomento à pesquisa trata de um problema real com uma necessidade aplicada clara, o que foi estruturado a partir de uma negociação, relativamente longa que teve como parceiros o programa BIOTA/FAPESP, SMA e SAA. Acho que é um bom exemplo do papel que a ciência vem tendo cada vez mais no Brasil e no mundo de chegar à governança, de deixar claro como os setores da sociedade fazem parte daquele tema vão ser alcançados quando o projeto alcançar seus resultados. Então, o mesmo se aplicaria à elaboração de planos de manejo em São Paulo, onde parte dessa verba poderia formar um programa, uma chamada específica de apoio como uma demanda clara, com a vantagem que a formação de recursos humanos a capacitação ocorresse em paralelo. Acho que seria uma economia interessante para o Estado com ganho de capacitação. E o mesmo se aplica nessa questão do acompanhamento da concessão dos parques. A SMA e a FAPESP tem bons e numerosos exemplos nesse sentido, mas considerando a dimensão de São Paulo, isso ainda me parece pouco. Creio que esses exemplos possam servir de estímulos para o aumento de dimensão desse contato da pesquisa aplicada a problemas reais.

Rodrigo: Sobre o Convênio com a Fapesp, nós não fizemos nenhum tipo de alteração do que veio da Secretaria e a nossa perspectiva é que até o final da semana já tenhamos liberado esse convênio com a FAPESP.

Luiz Mauro – Concordo plenamente com o que o Luciano falou com relação as demandas para a FAPESP. Acabamos de ter recursos liberados para a modernização dos institutos da ordem de quase nove milhões para o Botânico, mas entre outras coisas está prevista a capacitação de estagiários de alto nível para atuar em áreas de vegetação. Então, aprimorar nesse sentido também vale muito a pena e corroborando que dá para fazer esse tipo de demanda porque a FAPESP ela está muito acostumada com Academia só, ela esta acostumada com as demandas institucionais ou de prestação de serviços. A gente só vai ter se pedir.

Luciano – A FAPESP é formada por acadêmicos, então esse viés é inegável de certa forma.

Mário Monzoni – Roberta e Fernando talvez possam me ajudar. Entendo que o indicador de sucesso desse processo como um todo vai ser um numero bom de competidores por esse edital. Como vocês estão sentindo a demanda? Vai ter algum esforço ativo de oferecer informação, de acessar esses investidores, onde eles estão para que a gente tenha um processo competitivo e, portanto o Estado possa ter uma proposta de sucesso.

Roberta – No âmbito desses processos de concessão, que são tocados pela Secretaria de Governo, existiu uma etapa de consulta pública, que é um processo formal em que se deixa aberto para todos, inclusive o foco da consulta é para os empreendedores interessados contribuírem e proporem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

aprimoramentos – tivemos bastante contribuição. Quanto a parte mais técnica, tivemos no Palácio algumas reuniões para apresentar as propostas para os empreendedores.

Fernando – O processo começou com um procedimento de manifestação de interesse que é um chamamento que o poder público faz para que empresas apresentem estudos e modelos para que possam se considerar. Quando foi lançado a consulta pública houve um encontro onde pudemos identificar três ou quatro agentes com potencial de participação no processo. Terminado essa etapa existe um rito de se colocar num jornal de grande circulação e todo um rito previsto por lei para fazer a divulgação.

Berenice – Tenho dúvida sobre se existe um cronograma pretendido, se essas duas unidades são duas unidades piloto e se a Secretaria pretende observar por um tempo pra depois estar abrindo concessão de outros parques paulistas, e se esse edital do ICMBio se é também um edital de concessão de unidades federais.

Fernando – O edital do ICMBio refere-se a cinco Parques: Serra do Caparaó, Lençóis Maranhenses, Itatiaia, Jericoaquara, Serra da Bodoquena. São todas concessões nos moldes do que está sendo feito aqui, concessão que envolve uso público, permanecendo a conservação com o poder público.

Roberta - A nossa Lei Estadual criou tanto para uso público como para venda de madeira. Dessa parte de venda de madeira estão sendo iniciados os processos de estudos para Cajuru e Mogi Guaçu.

Rodrigo – A perspectiva é seguir com Caminho do Mar e PE Intervalos. Agora aguardamos a orientação do novo governador. Caminho do Mar oferece um desafio, pois a área não é nossa é da DER e da EMAE, nós deveríamos ter uma renovação de uso que foi feita para SMA pelo menos pelo tempo da concessão porque ela só permite o uso por 10 anos e a nossa concessão é de 20 anos.

Berenice – Parque Estadual da Ilha Anchieta segue fora da lista?

Roberta – Não está na lista. Não tem previsão de concessão.

Roberta Informes a pedido do Secretário: estamos coordenando no âmbito do gabinete temas transversais, que envolvem todas as áreas do Sistema de Meio Ambiente. Uma discussão sobre a conservação dos primatas, #somosprimatas e a importância da conservação dessa espécie como um importante indicador de biodiversidade e várias linhas de atuação. Criação de novas unidades de conservação, melhorias de boas práticas, fiscalização, manejo e a parte de palmito juçara. Estamos tentando fazer um repovoamento do palmito juçara em algumas unidades nossas. No caso do palmito temos um comitê de integração que se reúne com alguma periodicidade e dos macacos vamos ter um lançamento oficial no dia 04 julho. E no dia do meio ambiente tivemos a criação de duas novas unidades de conservação, a Florestal Estadual Noroeste Paulista e Águas da Prata, foi reconhecida uma nova RPPN. Para a próxima reunião do Consema foram duas propostas de novas UC's sendo o Mosaico de Bauru e a APA Itapeti. E a questão da regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental – Malu vai falar melhor.

4. Informes do Gabinete da SMA: Resposta do Instituto de Pesca sobre as recomendações do CC SIGAP

Kitty – A pedido do Gabinete, vou ler a resposta do Instituto de Pesca ao questionamento que o Conselho fez com relação a utilização e a promoção pela SAA de duas espécies consideradas bastante invasoras – *Clarias* e *Pangassus*.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

Kitty - lê a resposta do Diretor do Instituto de Pesca enviada (ver a resposta em anexo).

Luciano – A resposta em si mostra a preocupação com o problema em si, mas na verdade demonstra um pouco de filosofia da instituição. Porque o Instituto de Pesca hoje é muito mais um Instituto de Agricultura do que de pesca em si. O que ele tem produzido nos últimos anos é muito mais ligado na prática à introdução de espécies exóticas para a produção de proteína animal, o que causa certa perda porque se deixa de olhar para nossos cursos d'água como algo que pode também gerar renda e proteína animal por meio da pesca de espécies nativas, mas que traria atrelado a qualquer sistema a ideia de sustentabilidade dessa extração. Então não temos um Instituto que na prática tenha como filosofia assegurar a manutenção dos nossos cursos d'água de forma saudável, e a sustentabilidade das nossas espécies silvestres.

Paulo Bressan – Eu gostaria de reforçar o que o Luciano estava colocando e vou justificar também do nosso lado. A Fundação Parque Zoológico há vários anos é responsável pela atualização da lista de fauna ameaçada. Fizemos três atualizações, começamos em 2008 e sistematicamente empaca no final com a questão da lista de peixes de água doce porque algumas espécies são questionadas pelo Instituto de Pesca por entender que se trata de recurso pesqueiro e não pode ser tratada como as demais espécies de fauna ameaçada. Acho que a própria SMA e SAA deveriam criar um fórum de discussão desse processo. A minha sugestão é que realmente se provoque formação de um grupo de trabalho com esse objetivo para discutir claramente qual é a filosofia, o que a SMA precisa e o que a SAA também precisa. Precisamos pensar essa questão.

Mário Orsi – Estou surpreso com a resposta. Gostaria de falar três questões: 1ª – Apoio totalmente o que o Luciano e o Bressan falaram. É realmente uma questão extremamente delicada. Por exemplo, nem bem saiu a lista nacional de espécies ameaçadas de peixes em 2016, nós já temos indicativos de três extintas que estavam não lista,. Peixe é um impacto visível humano, mas temos que pensar também nos diversos outros organismos que não são visíveis. No Brasil de hoje perdeu-se muito a questão cultural daquele ribeirinho que tinha uma comunhão com seu rio, e hoje são pessoas que estão com seus 70-80 anos, e que sabiam muito bem que em época de defeso não precisava se pescar, não podia pescar. Esse tipo de cultura que ele tinha que preservar de certa forma para ter lá na frente um estoque pesqueiro está se perdendo. Nas mídias de hoje o que interessa é que o peixe seja grande, não interessa se ele é nativo ou não. O Importante é que ele seja grande. A 2ª questão – essas duas espécies elencadas que foi motivo de discussão, que estamos tentando colaborar com o grupo relacionado com espécies invasoras e que também no Paraná é um grande problema, e o Paraná é um estado pioneiro em trazer espécies invasoras de alto impacto entre elas a *Clarias* para o cultivo, um animal que tem sérios problemas zootécnicos, além do que é de discutível apreço a sua carne no mercado. Ela é considerada a 5ª espécie mais invasora do planeta. E o Panga nem se fala, é um peixe banido em diversos países que tem demandado seriedade quanto a essa questão, muito recente na África do Sul. São duas espécies que estão sendo ainda divulgadas como viáveis, mas como academia, pesquisa, temos uma interface junto, inclusive a questão social são duas espécies problemáticas em diversos aspectos. A 3ª questão, fiquei surpreso porque houve uma manifestação a um ano e meio do Instituto de Pesca à Sociedade Brasileira de Ictiologia nos chamando de falsos cientistas e que não enxergávamos além do nosso limite acadêmico e não enxergava o progresso do Brasil. Mas veio essa surpresa muito grata, porque aqui ninguém é contra produção e muito bem colocada tem que tecnificar, haja visto em suíno e frango ao nível de técnica que eles têm, por que não peixe.

Kitty – Para atualizar a todos trago um tema que tem direta interface com esse tema, recentemente o Plano de Manejo do PETAR foi aprovado pelo CONSEMA, e uma dos setores da Zona de Amortecimento possui uma norma estabelecendo que a aquicultura só seria possível ali, porque as águas vertiam para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

dentro do PETAR, com espécies nativas. Teve uma grande discussão sobre isso na Câmara Temática de Biodiversidade do CONSEMA junto com o Instituto de Pesca, e no final das contas o Instituto de Pesca concordou, a SAA aprovou o texto dessa maneira. Realmente temos algum tipo de aproximação acontecendo o que é bastante importante.

Roberto Resende – Quero registrar que a promoção da criação do bagre continua. Estamos conduzindo projeto na região do Mosaico de Jacupiranga, e temos notícias que tem oferecimento para instalar tanques. Então, essa oferta está forte lá.

Kitty – Sugere ao Roberto Resende que encaminhe uma documentação a respeito do assunto. Porque não temos nenhum tipo de documento para encaminhar ao gabinete.

Mário Orsi – Vou tentar conseguir esses folders que estão sendo divulgados. Realmente o Estado do Paraná e São Paulo continuam com essa promoção, mas me surpreendeu. Foi colocado na internet que a associação brasileira dos criadores de Panga é Paulista. Eles vêm fazendo reuniões, promoções e divulgação da criação.

Item 5 - Diagnóstico das Unidades de Conservação do estado de São Paulo - apresentação pelos órgãos gestores: IBt, IF e FF.

Kitty – Anuncia o atendimento à demanda desse Conselho, que trata do Diagnóstico das UC's do Estado de São Paulo, apresentada pelos órgãos gestores.

Luiz Mauro – Apresentação Diagnóstico das três UC's sob gestão do Instituto de Botânica, **em anexo**.

Kitty – Informa que o Diretor do Instituto Florestal está acompanhando uma audiência pública sobre os planos de manejo das Estações Ecológicas de Avaré e de Marília e não pode comparecer, mas que o representante, Ciro, fará a apresentação sobre as Unidades de Conservação sob gestão do Instituto Florestal.

Rodrigo - Basicamente a Fundação Florestal é responsável pela gestão de 96 unidades de conservação incluído o recém criado Parque Estadual Águas da Prata. Eu fiz um levantamento breve por diretoria: DMI - Diretoria Metropolitana e do Interior, faz a gestão de 24 unidades de Proteção Integral, 19 de Uso Sustentável com planos de manejo. Então o quadro é o seguinte: na Diretoria Metropolitana do Interior 35% das unidades têm plano de manejo, 40% não tem - 17 estão em andamento. Diretoria do Litoral Norte, o Parque Estadual Serra do Mar, com base nos núcleos então. Quais os desafios eu acho que esse é o ponto, eu e o Diego a gente dividiu e depois ele vai dar o ponto de vista dele sobre os conselhos e sobre os ecossistemas, pois é uma parte mais técnica. Quais os principais desafios que a gente vê na Fundação Florestal hoje no meu ponto de vista? o uso público pelo menos eu entrei muito focado em melhorar a experiência do uso público, porque eu tenho sentido na percepção de Procurador, é que hoje as demandas batem direto no Gabinete do Secretário no Gabinete da Fundação Florestal. Nós não temos a sociedade civil blindando as nossas unidades.

Rodrigo e Diego – Início da Apresentação (em anexo, bem como o áudio)

Kitty - Agradece Rodrigo e Diego, pela síntese da situação das UCs sob gestão da Fundação Florestal que apontou não só os grandes desafios, mas também as metas para esse final de gestão. Ressaltou que a representatividade dos ecossistemas protegidos por UCs nas diferentes categorias do SNUC são importantes para o Conselho, que pode propor alguma recomendação para o Sistema Ambiental Paulista, se achar conveniente.

Djalma - Obrigado eu gostaria que o Ciro projetasse aquele mapa das áreas as unidades de conservação do Instituto florestal eu teria uma observação a fazer: Eu tenho observado em algumas publicações uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

grande área verde no extremo oeste que seria a grande reserva do Pontal, essa reserva ela já não existe mais, eu não sei por que razão aparece nos mapas, mas está uma informação equivocada que essa reserva foi totalmente destituída.

Malu - Aquele mapa infelizmente está desatualizado. O que ainda existe é o Parque Estadual do Morro do Diabo, mas essa parte de cima já não tem mais.

Djalma – Peço então fidelidade da informação, pois também ali havia a reserva da Lagoa de São Paulo, que também desapareceu há vinte anos. Então essas duas áreas infelizmente não existem mais.

Kitty – Antes de passar a palavra, gostaria de informar que o Luiz Mauropediu desculpas por ter tido que se ausentar, pois foi chamado no Instituto de Botânica.

Djalma - Eu gostaria de reforçar essa questão da representatividade dos ecossistemas já conversamos isso aqui Kitty várias vezes a ênfase que você precisar dar e realmente para o cerrado a floresta estacional semidecidual, também está sub-representada, essa fisionomia é possível ser recuperada através de restauração de projetos de restauração. Já o cerrado me parece um pouco mais complicada restaurar talvez abandonar algumas áreas, mas é importante a gente ter essas metas como prioridade até para poder cumprir com as nossas propostas no contexto do país.

Malu - Bom dia a todos, peço desculpas pelo atraso. Sorbe o diagnóstico da situação atual das UCs, senti falta sobre a situação atual da cobrança das concessionárias não só de Rodovias que cortam as UCs, mas também de água etc. Outro ponto importante é saber se houve avanço com relação à cobrança pelo uso da água, pois mais de 60% da água captada para abastecimento público é captada nas UCs. E sobre o comentário relacionado à qualificação dos monitores das UCs, a CEA- Coordenadoria de Educação Ambiental tem uma ação de trazer todos os dirigentes das instituições da secretaria do meio ambiente do Sistema Ambiental Paulista para debater o que é a educação ambiental no seu órgão e como que a Coordenadoria entende que é se colocar atuante para desenvolver essa questão, esse processo que é educação ambiental. Uma das linhas é qualificar ou formar para a gestão de unidades de conservação em diversos níveis, isso também é uma demanda desse conselho, estamos devendo essa elaboração de um programa de formação para gestão ambiental que surgiu daquela polêmica de critérios para nomear gestores de unidades de conservação.

Rodrigo- Na verdade eu esqueci mesmo, mas o Gerd tocou essa pauta e os modelos estão prontos. Estamos finalizando todo o trabalho para água, para rodovia e para rede de transmissão. Na verdade, estamos sendo demandados pelo Tribunal de Contas, esse é o ponto, está exigindo da Fundação Florestal uma resposta então a gente está trazendo para.

Berenice - Eu tenho uma dúvida específica sobre o Parque Estadual da Ilha Anchieta. Entendo que a melhor forma de você blindar a unidade é quando você tem a comunidade de entorno envolvida. O plano de manejo da Ilha deve estar defasado provavelmente pelo seu tempo de existência. A minha dúvida é que dentro dessa estratégia de melhorar a divulgação da unidade, que significa prever um aporte maior de pessoas visitando e defendendo a unidade, inclusive melhorando os equipamentos colocando os outros serviços, concordo que é necessário, queria saber como será trabalhada a capacidade de carga. A visitação na ilha, principalmente no verão, e nos finais de semana é uma loucura, por que você tem milhares de lanchas chegando. Por isso eu queria saber qual que vai ser a ideia, se é ter limite de tempo de permanência, se está sendo pensado esse controle junto com toda essa estratégia de melhoria de infraestrutura.

Rodrigo - Eu conheço a Ilha Anchieta também e o trabalho com a capacidade de carga hoje é irrisório porque as pessoas chegam lá nem pagam o ingresso, então aquela praia do Leste e Praia do Sul atacam iates 70 pés na área de banho. Naquela parte na praia das Palmas também, a sinalização da área de banho é inexistente porque as lanchas rompem a sinalização. Houve uma visita com a Polícia Ambiental numa oportunidade e não foi possível autuar porque existe a questão da Marinha. O que estamos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

desenvolvendo como estratégia é trabalhar envolvendo a comunidade. A Associação de Monitores de Ubatuba quer, por exemplo, explorar Stand Up Paddle e canoa. Se houver turistas fazendo stand-up e canoa e haverá um constrangimento das lanchas a entrarem na área de banho. Segundo ponto, nós estamos trazendo boias de sinalização grandes e vermelhas para estabelecer o perímetro e constranger as pessoas, também mandamos um ofício para a marinha para renovar a permissão do uso da área de banho e já solicitamos também a permissão para fazer um cabeamento de Aço porque o nylon é muito fraco. Há preocupação com a segurança dos usuários, existem crianças nadando e lanchas entram assim mesmo. O grande problema é que só quem paga ingresso hoje em dia são as pessoas que vão de escuna.

Berenice - Eu não vou polemizar muito, depois a gente pode conversar, mas eu gostaria de frisar que isso são mecanismos de controle, mas minha dúvida é na medida em que você aumenta a divulgação e melhora os serviços e fica colocando, por exemplo, restaurante, uma lanchonete, a tendência é aumentar o número de pessoas, então não é só uma questão do controle do uso correto, de ultrapassar a linha. É sim o quanto cabe e de que forma isso vai ser controlado depois, é ordem de chegada, tempo de permanência, eu acho que é possível, tem em tudo quanto é parte no mundo, mas é uma questão importante de se pensar por conta mesmo da capacidade de absorção e da qualidade de serviço da educação ambiental. Aproveito também para compartilhar que o Secretário passou recentemente em Ubatuba, esteve no Tamar e pediu para as tartarugas ajudarem os macacos etc. Então tanto com relação a questão da unidade de conservação, a divulgação da própria Ilha, quanto a questão dos primatas eu fico completamente à disposição da gente ter um espaço no centro de visitantes para a gente estar falando dessas questões. Principalmente agora sobre os primatas, por que morreu gente e morreu macaco em Ubatuba. Assim, é o momento oportuno porque além dos turistas a gente tem também um fluxo muito grande da comunidade local que mora na periferia em função de toda a programação acho que é oportuno a gente está divulgando.

Roberto – Gostaria de saber como está a integração do IF com a FF, visto que desde o Decreto do SIEFLOR há 10 anos ainda está pendente questões de pessoal, patrimônio, caráter das unidades de conservação sob gestão de cada órgão, etc.

Rodrigo- Está sendo finalizado um convênio entre a Fundação Florestal e o Instituto Florestal que vai tratar disso e os problema de gestão de pessoal, Foi optado para o gestor da unidade vindo do IF ou da Fundação, uma certa ascendência hierárquica no quesito tocar os trabalhos na unidade que ele está gerindo e também solucionando as questões da diária que era um gargalo. São estas as informações mais atuais que temos a oferecer..

Kitty - Só rememorando os trabalhos deste Conselho, mas a gente pode continuar a tarde quando a gente for fazer os encaminhamentos. Na gestão da Malu enquanto Presidente nesse Conselho e na primeira gestão minha a gente discutiu e começou a levantar vários itens, eu não sei se alguns que estavam desde o início, lembro do Decreto que criou o Sigap tanto que criou esse convênio que deveriam ser revisados até um susto da mente para promover uma integração dos sistemas e dessa questão da gestão das áreas protegidas. Então, se o conselho entender pertinente a gente pode retomar esse assunto, mas aí é um ponto que a gente incluiria mais para o final.

Luciano – Quero ressaltar que é claro que o Conselho do SIGAP é um órgão consultivo ligado a unidades de conservação, mas elas não existem sem essas paisagens agrícolas e urbanas que a cercam, e uma parte considerável da fauna usa as áreas que não são unidades como habitat inclusive a matriz dessas paisagens. Então se a gente não estabelecer relações claras em relação à unidade de conservação e a forma como essas paisagens agrícolas e urbanas são geridas, mesmo que todos esses problemas de gestão das UCs sejam resolvidos, elas não vão conseguir cumprir a sua missão de conservar a biodiversidade a íntegra. É preciso ter em mente que é necessário uma relação efetiva entre a gestão das unidades e a gestão das cidades e paisagens agrícolas Um Bom exemplo que talvez sirva de link para isso é a certificação que certas culturas tem então seria interessante que em algum momento buscar se formas de ligar a política das unidades de conservação, por exemplo, políticas de certificação de paisagens agrícolas Porque sem elas a gente não vai conseguir cumprir a missão.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

Kitty - A equipe do Sistema Ambiental Paulista que está elaborando o novo roteiro metodológico para os planos de manejo e testando-o em um projeto piloto está justamente discutindo a questão da zona de amortecimento no território, que deve ser fruto de um acordo com aquelas pessoas que ali habitam, seja a área urbana consolidada ou em expansão, seja área rural.

Porém, em nível de governo federal há uma forte tendência para acabar com a zona de amortecimento a partir de um entendimento jurídico da que uma ZA só poderia ser estabelecida por instrumento legal de mesmo nível ou superior ao que criou a UC.

Malu – Ainda sobre a ilha Anchieta, nós acabamos de renovar nosso convênio para fazer o verão no clima. A última edição em Ubatuba ficou um trabalho básico e eu acho que a gente poderia pegar o PEIC e desenvolver um trabalho de educação ambiental emblemático.

Berenice - Dentro da estratégia de envolvimento da Comunidade uma das coisas importantes, e a gestora da Ilha Anchieta está dando um grande exemplo, é a aproximação dos governos estaduais e municipal, esta é uma ponte que deveria ser reconstruída.

PERÍODO DA TARDE

Kitty – Vamos retomando que tem algumas pessoas que ainda não chegaram, mas tem outras que não voltarão e justificaram. O Fernando já tinha justificado que não poderia na parte da tarde e o Mário Monzoni foi chamado pela FGV e mandou uma mensagem para a Virginia dizendo que não voltaria e o Rodrigo foi chamado pelo Gabinete.

Item 6 - Proteção das Unidades de Conservação: Discussão sobre aprimoramentos do SIM (Sistema Integrado de Monitoramento) e do SIMMAR (Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo)

Marçon – Estamos na mesma situação que estivemos na ultima reunião, sem a presença da maioria dos órgãos gestores das unidades, mas acho que independente disso, entendo valer a pena retomar o tema. Quanto ao SIM e o SIMAR, é um compromisso que tenho aqui diretamente com a FF da retomada da formalização do nosso grupo gestor, precisamos voltar à dinâmica dos encontros periódicos com os chefes dos órgãos gestores e da polícia ambiental, para animar digamos assim, retomar os encontros que acontecem lá na ponta nas unidades entre gestores e policiais ambientais, os gestores locais da polícia. A gente veio conversando aqui, me permite aqui Diego expor o exemplo no que a gente teve no Parque do Juquery de uma ocorrência que estava acontecendo agora pela manhã na Represa de Paiva Castro e um barco foi localizado na área do parque pescando em uma área que era proibida, a FF e a Vigilância prontamente abordaram, parou o barco, mas não conseguiu fazer o contato com a polícia durante toda a manhã, não conseguiu ter um retorno da polícia para tomar as devidas providências e ai claro como os contatos vão além da polícia ambiental, foi chamada a Guarda Civil Metropolitana de Franco da Rocha que apoiou, a própria policia territorial na parte policial e a comissão do distrito, mas na parte administrativa não foi possível fazer. Nesse ponto, penso que é preciso estreitar a interlocução na ponta entre as duas instituições. Então a proposta da FF e CFA é levar essa questão diretamente para o secretário para que através dele seja feita uma convocação do comandante dos órgãos para a gente fazer essa retomada. Além disso, gostaria de informar que há dois comitês criados pelo secretário, com grupos especificamente voltados a proteção do palmito e dos primatas. Então, dentre as atividades do grupo do comitê do Palmito, vamos tentar organizar linhas de fiscalização na cadeia produtiva como um todo. O outro comitê que é o dos primatas vai mais ou menos à mesma linha, um dos grupos é relacionado à proteção dos primatas com apoio especialmente ao tráfico e a caça dos primatas. Então a nossa ideia que é um pouco mais recente é organizar com a polícia federal e o IBAMA e a Polícia Ambiental um grupo voltado para a inteligência sobre as rotas de comércio, lembrando que os primatas o foco principal é nas unidades de conservação especialmente aí no nosso Buriqui.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

Outra atualização importante é a obtenção da autorização do governador para iniciar os trabalhos da DGEM, diária extraordinária paga para os policiais. O foco é na polícia ambiental para patrulhamento e fiscalização das unidades de conservação. A partir do dia 2 de julho teremos mais de 80 policiais por dia distribuídos nas unidades de conservação fazendo patrulhamento em parceria com a Fundação Florestal.

Outra questão relacionada à proteção é a operação corta fogo que esse ano já com o início do período de estiagem fizemos o lançamento agora dia 7 de junho então agora nos meses de junho julho agosto setembro até Outubro a gente fica imobilização máxima junto com a FF e o IF, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e CETESB. Por último, queria informar que no âmbito do SiMMAR, o nosso programa conjunto de proteção das Apas Marinhas, também no dia do meio ambiente, foi anunciado o recurso para compra de mais três embarcações para Polícia Ambiental, que dobra a capacidade de fiscalização que junto com algumas embarcações da FF é o que a gente tem de presença do estado o nosso Mar Territorial.

Kitty - Obrigada Marçom pelas importantes atualizações. Alguém quer fazer algum comentário? Então vou levantar uma questão: O Roberto Resende trouxe de manhã uma questão, o incentivo da criação de espécies exóticas invasoras no âmbito das APAs que compõem o MOJAC (Mosaico das Unidades de Conservação do Jacupiranga) no litoral sul. Pergunto ao Diego da FF e ao Marçom da CFA se teria alguma maneira de o SIM priorizar essa região para verificar essas denúncias, verificar se isso está ocorrendo de fato, ou não se é por meio das prefeituras, porque eu ouvi dizer que são as próprias prefeituras que estão induzindo. Então se é o caso de fazer uma ação de fiscalização ou uma ação de educação ambiental ou ambas, quer dizer de que maneira a gente poderia atuar para não esperar, porque a invasão biológica demanda ação rápida.

Diego - No primeiro momento a gente precisa saber o nível da intensidade desse problema. Eu passei para o Rodrigo agora esse tema. Eu acho que a Fundação tem que fazer é buscar mais dados. Fico à disposição de quem tem mais informações para que eu possa montar um documento sobre essa situação, e depois junto com a CFA a gente poder traçar uma melhor estratégia ou em conjunto com a CEA, se essa situação nos direcionar para uma ação mais educativa.

Marçom – Concordo com o Diego e complementando, sugiro o contato com os atores locais, lá com os gestores das unidades da região e com a polícia que atua ali para que localmente verificar se eles têm essas informações. Acho que a saída é chamar a prefeitura e chamar quem está na região para uma reunião e expor os riscos, o perigo e as consequências que eles podem sofrer em termos de autuação, porque primeiro a gente comunica, mas é possível sofrer esse tipo de sanção.

Item 7 - Proposta sobre Resolução de Manejo Florestal –Guaraci B. Oliveira (CBRN)

Kitty - o Danilo foi chamado para o gabinete, mas a equipe da CBRN está em peso para o nosso próximo item. Eu queria pedir Guaraci para você solicitar para o Danilo, enquanto coordenador do GT de espécies exóticas invasoras, verificar junto ao Instituto de Pesca e a Secretaria da Agricultura se eles têm essa informação, se eles não poderiam ajudar a Fundação e levantar esses dados. Mais alguma questão sobre esse assunto do SIM e do SiMMAR? Em não havendo, eu passaria agora a palavra para o Guaracy da CBRN.

Guaraci - Primeiro gostaria de agradecer ao Conselho e a toda a equipe que apoiou a elaboração desta minuta, que é fruto de uma grande demanda de comunidades que vivem no interior ou próxima a UCs,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

bem como de gestores, agentes de fiscalização, etc. Essa apresentação visa não só informar o Conselho dos trabalhos, mas colher subsídios dos senhores. (ver apresentação em anexo)

Kitty – Agradeço a exposição do Guaraci, não é uma tarefa fácil fazer uma síntese de uma minuta de Resolução com mais de quarenta artigos. Acredito que seja um assunto muito relevante que está sendo conduzido de uma maneira inovadora no sentido de fazer uma conexão do manejo não mais como um instrumento de degradação ou de conversão, e sim como instrumento de conservação socioambiental. Isso traz desafios grandes para o Sistema Ambiental Paulista, sendo um assunto relevante para o Conselho Consultivo do SIGAP. Com a Fundação Florestal estamos começando a discutir planos de manejo com **RDS** onde entra um viés além da vegetação. São Desafios que estão sendo trazidos, e são importantes para explorar e não só comando e controle buscando normas que sejam incentivadoras e não somente coibidoras. Pesamos a mão na Norma em relação ao Juçara, e com isso não conseguimos nem informação e nem coibir o corte, tanto que o atual Secretário teve que formar um Comitê justamente do Juçara. Então estamos tentando dar uma inovada e contando também com a colaboração do Rodrigo a frente a Fundação Florestal que tem um vasto conhecimento da parte jurídica para conseguirmos fazer essa convergência, avaliando as melhores maneiras para que as políticas sejam implementadas.

Luciano - Comentário sobre fauna, o que me chama atenção em relação aos riscos que essa iniciativa tenha no futuro. Primeiro ponto: não sabemos o que vai acontecer com a fauna, a preocupação é bem vinda e não se deve tomar visão conservadora de proibir antecipadamente como precaução, não é o caso, precisamos aprender fazendo. Um alerta que eu iria lançar pela experiência que tenho com a fauna, nesses 30 anos temos dado um passo para frente e vinte para trás em função de uma visão extremamente conservadora, ligada ao setor de bem-estar animal.

Guaraci - Nós temos essa preocupação. Temos um departamento de fauna onde pretendemos dar início a essa conversa. Deveríamos ter iniciado a muito tempo, estamos marcando conversas específicas para tentarmos, no mínimo colocar alguma coisa como recomendações que não seja dentro da resolução

Berenice - dentro desse contexto a questão do reconhecimento do que é população tradicional, como fica o reconhecimento da população tradicional Caiçara, porque parece que o Quilombola e o índio já está mais fácil e previsto. Gostaria de saber como que se considera uma população Caiçara?

Guaraci - não existe regra para isso na Constituição, exatamente isso o reconhecimento do quilombola e o reconhecimento dos indígenas, mas existe uma convenção internacional aqui no Brasil que fala sobre o auto-reconhecimento de um grupo. Isso é um grande dificultador no reconhecimento dos Caiçaras exatamente pela questão do território muitas vezes eles são mais separados. Não temos a resposta de como fazer esse reconhecimento de fato, assegurando que ele aconteça, por isso não queria que isso ficasse a cargo da Secretaria do Meio Ambiente, não sei se o Rodrigo poderia nos auxiliar nisso na parte jurídica. É de fato uma dificuldade de como fazer esse reconhecimento na prática.

Kitty - No slide isso está como um dos desafios a serem enfrentados. Acredito que será um ponto importante para ter um apoio jurídico, pois por um caminho ou por outro, tem várias consequências que tem que ser analisadas no âmbito da implementação do SNUC e é uma questão que está sendo enfrentada não só para São Paulo, mas por todos os estados.

Berenice - E por que é super importante e interessante esse trabalho e está maravilhoso tudo que se precisa realmente.

Guaraci - é muito importante a gente ter esse passo para saber com quem estamos trabalhando, mas confiamos muito no instrumento então se essa comunidade é tradicional de fato ou não. Há discussões,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

mas o instrumento é importante porque o acordo vai monitorar atividade. Existe uma preocupação maior quando se trata de Unidades de Conservação que só comunidades tradicionais podem continuar o uso, até que encontre um lugar igual fora essas situações, nós temos que confiar muito no instrumento que estamos utilizando.

Mário - Uma dúvida que eu não entendi bem. Com relação à questão do plantio, dele poder plantar tanto na APP quanto na Reserva Legal, e depois fazer a extração. Está sendo previsto? ele vai ter que ter uma matriz fornecedora de sementes local, porque ele vai trabalhar com nativas?

Guaraci - a recomposição da Reserva Legal não é bem tratada aqui. Usamos esse instrumento, mas na prática a gente faz um consórcio entre nativas e exóticas, podemos usar exóticas inclusive como um indutor da recomposição usar área exótica na Reserva Legal desde que mantenha os indicadores. Então, não nos importamos muito com o que ele planta e sim com os resultados.

Mário Orsi - a preocupação eu acho excelente, a proposta é o caminho que temos que traçar, mas me preocupo um pouco na área de fauna “peixes”. Desde 1988 com a nova Constituição, e pela força da lei, toda concessionária de energia elétrica ela tem que ter um sistema de transposição de peixes, ou uma produção de peixes para fazer recomposição de estoque. Manejo não temos visto que 99,9% dessa ação de manejo é zero e não funciona, a única recomposição que estamos vendo é para uma pesca temporária, naquele momento e depois acabou. Porque mesmo trabalhando com espécies nativas não se teve cuidado no sentido genético, e a minha dúvida ele vai poder trabalhar tanto com exótica quanto com nativas? Mas e a nativa de onde virá? É uma dúvida mas também um alerta, pois com fauna aquática não está funcionando, tanto que estamos testando um modelo novo no Paranapanema pois a efetividade tem sido zero.

Guaraci - hoje nós temos uma regra que não é da área ambiental, mas é a regra que a normativa 56 de 2011 que é um mapa que controla a origem das sementes dessas áreas de coleta onde foi feita e qualifica o produto que estou consumindo. Então vai dizer a origem e quando for mais preciso vai dizer qual planta eu retirei, e ter um controle dentro do viveiro. Temos que ver que nem sempre é possível ter material genético nativo para recomposição. Quando eu vou olhar para recomposição eu procuro a variabilidade genética local.

Kitty - Obrigada Guaraci, essa minuta de resolução a gente pode disponibilizar para todos os Conselheiros, a apresentação e a minuta.

Encaminhamentos

Foi decidido encaminhar recomendações ao Gabinete da SMA no sentido de:

1. Prever capacitação dos técnicos para acompanhar os contratos de concessão.
2. Criação de GT conjunto SMA / SAA sobre a concepção e a questão da sustentabilidade do uso das espécies nativas, mais do que a questão do foco nas espécies exóticas para aquicultura e sustentabilidade da Pesca.
3. Apurar a denúncia que estão estimulando aquicultura com exóticas dentro do MOJAC.
4. Formar um grupo capitaneado pela CEA com representantes dos órgãos gestores para consolidar as informações sobre as UCs.

- **Berenice**: Seria importante fazer com o Conselho uma lista de quais são as informações, porque falamos de forma genérica, mas não ficou claro tudo qual é a expectativa, quantas têm situação fundiária sim ou não, número de fiscais além de plano de manejo;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Consultivo SIGAP

Kitty: Podemos reencaminhar o material que enviamos no final do ano passado que gerou essa resposta - o diagnóstico das UCs. Alguns mandaram mais, outros mandaram menos, a Malu tá lembrando que a gente fez isso há alguns anos. A ideia é consolidar melhor e encaminhar para Conselheiros essa tabela com todos os critérios e quem quiser palpar, depois consolidamos, e acho que isso é um bom encaminhamento.

Kitty: Não tendo mais nenhum assunto a tratar, considero a reunião concluída e agradeço muito a presença e participação de todos.